

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Mariana Gomes Cartaxo

**Repertórios Organizacionais e Estratégia na Formação
do Observatório do Código Florestal**

Brasília
2015

Mariana Gomes Cartaxo

**Repertórios Organizacionais e Estratégia na Formação
do Observatório do Código Florestal**

Monografia apresentada como pré-requisito
para a obtenção do título de bacharela em
Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Rebecca Neaera
Abers

Brasília
2015

Mariana Gomes Cartaxo

Repertório Organizacional e Estratégia na Construção do Observatório do Código Florestal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
no Instituto de Ciência Política, IPOL, na
Universidade de Brasília para a obtenção do
título de bacharela em Ciência Política.

Profa. Dra. Rebecca Neaera Abers

Orientadora

Prof. Dr. Thiago Trindade

Parecerista

Brasília

2015

Para Dona Maria (in memoriam). Tudo que sou é graças à sua história.

Agradecimentos

Após esses anos de graduação, chegar ao fim é, além de concluir mais uma etapa da vida e da carreira, concluir um processo muito significativo de crescimento pessoal. Ao olhar para trás, posso perceber que esses anos como aluna de graduação na UnB me acrescentaram muito como pessoa, e essa experiência é uma parte muito importante do que eu sou hoje.

Durante todo esse tempo, pude contar com o apoio de várias pessoas, e todas elas foram essenciais no meu percurso na graduação. Como não tenho espaço para citar todos que um dia gentilmente ajudaram a trilhar o meu caminho, eu vou citar algumas participações que são de grande relevância para mim.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Instituto de Ciência Política, pelo suporte acadêmico ao longo da graduação. Em especial aos funcionários da secretaria, sempre dispostos a solucionar os diversos problemas burocráticos que apareceram no caminho. Agradeço também a todos os professores e professoras com quem eu tive contato, todos tiveram um papel fundamental na minha formação.

Agradeço à professora Rebecca pela orientação. Os seus comentários, críticas e sugestões foram fundamentais para o meu trabalho e me proporcionaram um aprendizado acadêmico que vou levar para sempre.

Gostaria de agradecer ao PET/POL, por me mostrar o caminho das pedras na academia, e especialmente ao professor Pablo Holmes por me introduzir à crítica pós-colonial. Além disso, gostaria de fazer um agradecimento a todos os petianos e petianas com quem eu tive a oportunidade de conviver. A participação no programa me mostrou o quanto pode ser difícil trabalhar em grupo, mas o quanto é recompensante no final.

Já no final da graduação, eu tive o privilégio de ingressar no grupo de pesquisa Resocie, onde eu tive contato com novas teorias e pude enriquecer meus conhecimentos sobre a Relação Estado e Sociedade. Pretendo continuar trilhando meu caminho junto a esse grupo incrível.

Um agradecimento especial à equipe do DIRUR, no IPEA. Sem a minha passagem por lá, eu não teria um tema de pesquisa. Obrigada especialmente à Ana Paula, que me ensinou muito e me incentivou a seguir nessa área de pesquisa. Meus sinceros agradecimentos pela experiência e pelo aprendizado.

Meu muito obrigada a toda equipe do UNAIDS Brasil, que me acolheu e que me ensina a cada dia que um trabalho profissional e dedicado pode, sim, mudar o mundo.

Agradeço às organizações que compõem o Observatório do Código Florestal, o

contato com os grupos permitiu a minha introdução à dinâmica do movimento ambientalista, onde ainda pretendo continuar o meu trabalho. Agradeço especialmente aos entrevistados por se disponibilizarem a conversar comigo e por cederem seu tempo para minha pesquisa.

Agradeço também a minhas grandes amigas Ana e Kimberly. Tive o grande prazer de contar com as suas conversas e conselhos ao longo da graduação. A amizade de vocês foi fundamental para que eu conseguisse sobreviver nesses tempos tumultuados. Se depender de mim, a nossa parceria ainda vai durar muitos e muitos anos.

Para Bernardo, obrigada por me acompanhar em todos os momentos e por corrigir os meus escritos com amor e dedicação - desde os primeiros fichamentos até a minha monografia. Sem a sua companhia eu não conseguiria nada disso.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus pais, Eriston e Edilânia, e a minhas irmãs, Lívia e Cecília, por me proporcionarem um ambiente de apoio incondicional e por nunca desistirem de mim.

Resumo

Após a aprovação do Novo Código Florestal, em 2010, grandes modificações ocorreram na gestão florestal brasileira. Com a sua aprovação, surgiram novos e grandes desafios relativos a implementação de instrumentos do Código Florestal. Esse processo envolveu as organizações da sociedade civil, com o objetivo de garantir que o governo cumprisse seu papel de acordo com as exigências da lei. Considerando essa dinâmica, a presente pesquisa escolheu trabalhar com o lado ambientalista da questão. Para tanto, optou-se por uma análise dos recursos utilizados pelo movimento ambientalista para fiscalizar os procedimentos de implementação do Código Florestal. Essa análise procura observar a organização do grupo, assim como a sua mobilização política em torno da agenda. Considerando a mobilização dos repertórios de ação, para a pesquisa foi escolhido como recorte o Observatório do Código Florestal (OCF), um instrumento conjunto de acompanhamento e análise da implementação do novo Código Florestal, focado especialmente nos dispositivos definidos pela lei federal. O objeto foi escolhido por reunir em si as principais entidades do Movimento Ambientalista. Além disso, a escolha por um Observatório chamou a atenção por ser um arranjo alternativo no acompanhamento de políticas públicas. O objetivo do artigo é examinar o Observatório como um instrumento estratégico de ação coletiva, entendida como a construção de uma ação conjunta com objetivos pré-definidos. Acredita-se que o estudo em questão é importante para a obtenção de informações e conhecimento sobre os repertórios ambientalistas após a instituição do Novo Código Florestal. Pretende-se mobilizar conceitos de Repertórios de Ação Coletiva, de Tilly, Repertórios Organizacionais, de Clemens e também os estudos sobre Fóruns de Silva e Scherer-Warren. O artigo começa com uma revisão de literatura acerca dos repertórios de ação coletiva e sobre a literatura de Fóruns e Observatórios. A seguir, é feito um breve histórico do movimento ambientalista brasileiro, desde o seu surgimento até a criação do Observatório do Código Florestal. Segue uma análise aprofundada do OCF através das entrevistas e de uma análise de documentos. Por fim, conclui-se com observações finais sobre a pesquisa e algumas proposições para o futuro.

Abstract

After approval of the Brazilian New Forest Code in 2010, great changes occurred in the Brazilian forest management. With its approval, there were new and significant challenges for the implementation of the instruments of the Forest Code. This process involved the civil society in order to ensure that the government fulfill its role in accordance with the requirements of the law. Considering this dynamic, this research chose to work with the green movement side of the issue. Having this in mind, it opted for an analysis of the resources used by the environmental movement to monitor the implementation procedures of the Forest Code. This analysis seeks to observe the organization of the group, as well as its political mobilization on the agenda. Considering the mobilization of action repertoires, for the research, it was chosen Observatorio doCodigo Florestal (Observatory of the Forest Code). This Observatory is an instrument of accompanying and reviewing the implementation of the new Forest Code, focused especially on the devices defined by federal law. This object was chosen because it centers the main entities of the Environmental Movement in Brazil. Moreover, the choice of an Observatory drew attention for being an alternative arrangement for the monitoring of public policies. The objective of the study is to examine the Observatory as a strategic instrument of collective action, understood as the construction of a joint action with pre-defined objectives. It is believed that the study in question is important for obtaining information and knowledge about the environmental repertoires after the establishment of the New Forest Code. The study intend to mobilize concepts such as Tilly's Repertoire of Collective Action, Clemen's Organizational Repertoire and also Forum studies of Silva and Scherer-Warren. The article begins with a literature review about the collective action repertoires and the literature of forums and observatories. The following is a brief history of the Brazilian environmental movement, from its origin to the creation of the Observatory of the Forest Code. Follows an analysis of OCF through interviews and a document review. Finally, we conclude with final remarks about the survey and some proposals for the future.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
2	METODOLOGIA	12
3	OBSERVATÓRIOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	14
4	MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL	19
5	O OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL	27
6	COMENTÁRIOS FINAIS	41
7	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A revisão do Código Florestal Brasileiro levou 10 anos para ser discutida no Congresso Nacional. As oposições eram claras. De um lado, a revisão do Código era importante para os grupos ruralistas, que buscavam uma flexibilização das antigas regras de preservação ambiental, consideradas retrógradas. De outro, era negativa para os grupos ambientalistas, que achavam que um novo Código só serviria para anistiar desmatamentos e colaborar ainda mais com a degradação ambiental. O processo legislativo foi muito tumultuado em torno desses dois posicionamentos, mesmo que, ao final, o projeto tenha sido aprovado.

Quando o novo Código Florestal (lei 12.651/2012) entrou em vigor, grandes modificações ocorreram na gestão florestal brasileira. Com a sua aprovação, surgiram novos e grandes desafios. Desde então, a implementação da lei ganhou destaque por seu lento e tortuoso processo. Por se tratar de uma política em nível nacional que necessita da participação nos níveis estadual e municipal, as políticas do Código Florestal pouco caminharam.

A partir desse momento, entrou em cena uma nova disputa política. A implementação dos instrumentos do novo Código Florestal envolveu mais uma vez a sociedade civil, dessa vez para garantir que o governo cumprisse o seu papel de acordo com as exigências da lei. Essa mobilização se deu tanto do lado ruralista quanto do lado ambientalista, cada um à sua maneira.

Além desses dois grupos principais, outros grupos também se afetaram pela legislação, como grupos pela reforma agrária, pequenos agricultores, grupos de assentados, sindicatos rurais, entre outros. A complexidade da questão gerou diversas abordagens sobre a aplicação dos instrumentos.

Considerando o embate apresentado, e considerando a grande variedade e complexidade dos pontos de vista em torno do assunto, a presente pesquisa escolheu trabalhar com o lado ambientalista da questão. Para tanto, optou-se por uma análise dos recursos utilizados pelo movimento ambientalista para fiscalizar os procedimentos de implementação do Código Florestal. Essa análise procura observar a organização do grupo, assim como a sua mobilização política em torno da agenda.

De acordo com a ideia de repertórios de ação, de Tilly, os movimentos sociais constroem e mobilizam suas ações e rotinas levando em conta as experiências adquiridas e as circunstâncias presentes. As escolhas de ação são feitas buscando atingir objetivos, e são adequadas às necessidades coletivas com o passar do tempo. Dessa forma, é possível compreender os movimentos sociais como agentes estratégicos em

meio a uma realidade complexa.

Considerando a mobilização dos repertórios de ação, para a pesquisa foi escolhido como recorte o Observatório do Código Florestal (OCF), um instrumento conjunto de acompanhamento e análise da implementação do novo Código Florestal, focado especialmente nos dispositivos definidos pela lei federal. O objeto foi escolhido por reunir em si as principais entidades do Movimento Ambientalista. Além disso, a escolha por um Observatório chamou a atenção por ser um arranjo alternativo no acompanhamento de políticas públicas.

O objetivo do estudo é examinar o Observatório como um instrumento estratégico de ação coletiva, entendida como a construção de uma ação conjunta com objetivos pré-definidos. Acredita-se que o estudo em questão é importante para a obtenção de informações e conhecimento sobre os repertórios ambientalistas após a instituição do Novo Código Florestal.

Assim como os movimentos sociais mobilizam recursos para a sua ação coletiva, eles também fazem escolhas organizacionais importantes para definir a sua atuação. A ideia de repertórios de ação coletiva, de Tilly, traz uma ideia ampla da atuação coletiva, mas o conceito não abarca uma análise mais centrada nas escolhas organizacionais. É por esse motivo, que Clemens (2010) trabalha a perspectiva de Repertórios Organizacionais, afirmando que modelos de organização também são adaptados para propósitos políticos de grupos, e que as escolhas levam em consideração questões culturais e instrumentais. A partir dessa perspectiva, a análise do observatório tentará entender porque os grupos ambientalistas envolvidos optaram por escolher esse tipo de organização do grupo e, se possível, como essa organização contribui para atingir objetivos do movimento.

As mudanças institucionais fazem com que os movimentos sociais tenham que se reorganizar para se adaptar. Alonso, Costa e Maciel (2007) trabalham essa perspectiva dentro do movimento ambientalista no Brasil, afirmando que a estratégia de mobilização construída por esse movimento ao longo do tempo preferiu mobilizar associações em detrimento de uma atuação político-partidária. Dessa forma, é possível trabalhar o OCF a partir de sua principal mudança institucional, o novo Código Florestal, e tentar entender de que forma essa organização é relevante para o movimento ambientalista.

Assim como a reação às mudanças é importante, cabe observar em que medida o relacionamento com o Estado acontece. Os movimentos sociais precisam interagir com a esfera governamental constantemente para que a agenda seja executada com efetividade. E é isso que Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propõem quando adaptam o conceito de repertório de ação, de Tilly, para o relacionamento Estado e Sociedade. A ideia de Repertórios de Interação Estado-Sociedade vai permitir que sejam analisadas

as estratégias utilizadas pelo OCF na construção de um relacionamento com o Estado.

Ademais, a construção da pesquisa pretende seguir uma análise exploratória da entidade, tendo como base a definição de Mario Diani para movimentos sociais, que os define como:

“redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em um confronto político ou cultural, com base numa identidade coletiva compartilhada” (tradução própria) (DIANI apud DIANI 1995, p. 5).

Esse conceito sugere que é importante analisar alianças entre organizações no grupo, localizando o OCF entre laços pessoais e organizacionais que propiciam a ação coletiva. Essa abordagem de rede será importante para compreender mais a fundo como a organização se mobiliza ao redor do Brasil, e de que forma os relacionamentos entre as organizações permitem construir a ação coletiva.

Essa pesquisa faz-se importante devido à pouca produção sobre o novo Código Florestal brasileiro, que foi aprovado em 2012. Além disso, a análise do objeto pode contribuir com uma atualização acerca das estratégias do movimento ambientalista frente às mudanças políticas e institucionais.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete atores do movimento ambientalista e uma análise dos documentos do site do OCF. A observação da estrutura organizacional do grupo permitiu a construção do observatório como uma estratégia de ação coletiva fosse estudada.

O artigo começa com uma revisão de literatura acerca dos repertórios de ação coletiva e sobre a literatura de Fóruns e Observatórios. A seguir, é feito um breve histórico do movimento ambientalista brasileiro, desde o seu surgimento até a criação do Observatório do Código Florestal. Segue uma análise aprofundada do OCF através das entrevistas e de uma análise de documentos. Por fim, conclui-se com observações finais sobre a pesquisa e algumas proposições para o futuro.

2 METODOLOGIA

Para a pesquisa, foram utilizadas como fontes primárias o conteúdo do site do Observatório (observatorioflorestal.org.br) e 7 entrevistas semiestruturadas com atores de diversas entidades integrantes.

Para a análise de conteúdo, foi feita uma linha do tempo a partir dos materiais veiculados no *website*. Foram selecionadas duas sessões do *website*, a sessão “Observatório em Ação” (restringindo-se aos conteúdos *Publicações* e *Judiciário*, pela cronologia) e a sessão “Mídia”.

Para organizar a linha do tempo, criou-se uma planilha com cada manchete do conteúdo ao lado da respectiva data. A primeira publicação data do dia 17/01/13 e a última no dia 27/08/15. A partir desse recorte temporal, nessa cronologia, foi possível traçar as principais ações do Observatório, e examinar quais foram os marcos nas atividades para posteriormente auxiliar na produção de uma cronologia temporal da atuação do Observatório.

Na realização de entrevistas o contato foi feito por meio de e-mail e telefone das instituições que fazem parte do Observatório. A partir do primeiro contato, a entrevista exploratória foi conduzida, tendo em vista conhecer melhor o OCF e buscar encaminhamentos para os próximos entrevistados. Depois dessa entrevista, foi solicitado ao entrevistado que indicasse mais algum membro do observatório para posteriores entrevistas.

A organização do Observatório é dividida em membros fundadores e membros colaboradores. Portanto, as entrevistas foram realizadas com membros de instituições fundadoras e colaboradoras. Essas entrevistas permitiram que se tivesse um maior aprofundamento no assunto, e que se conseguisse captar a perspectiva dos atores no processo de implementação do grupo. Os questionários foram elaborados levando em consideração a posição de cada pessoa na sua instituição, a sua integração no Observatório, e os seus conhecimentos acerca do processo de tramitação do Código Florestal.

A partir dessa divisão entre membros fundadores e colaboradores, foram definidos dois pontos de partida para as entrevistas. De um lado, as perguntas para os Membros Fundadores foram focalizadas no papel da organização do grupo, e o motivo de seu protagonismo na constituição do Observatório e seu trabalho na tramitação do Código Florestal. De outro, os Membros Colaboradores tiveram os questionários direcionados quanto a sua participação e inserção na dinâmica do grupo, e também se de alguma maneira a sua posição de colaborador influenciou na participação das

atividades.

Após a entrevista exploratória (membro fundador), foram entrevistados cinco membros fundadores e um membro colaborador. Os entrevistados são provenientes do WWF-Brasil, ISA (Instituto Socioambiental), ICV (Instituto Centro de Vida), CI (Conservação Internacional), Iniciativa Verde, IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

O Quadro 1 apresenta o número de cada entrevista e a posição do membro na organização:

Quadro 1

Lista de Entrevistados

Entrevistado	Posição no Observatório
Entrevista 1	Membro Fundador
Entrevista 2	Membro Fundador
Entrevista 3	Membro Colaborador
Entrevista 4	Membro Fundador
Entrevista 5	Membro Fundador
Entrevista 6	Membro Fundador
Entrevista 7	Membro Fundador

O questionário semi-estruturado foi construído antes de cada entrevista, levando em consideração também os conhecimentos já adquiridos nas entrevistas anteriores. Ao final das entrevistas, foi feito um relatório com os principais pontos abordados e transcrição das entrevistas que foram gravadas.

3 OBSERVATÓRIOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA

Para o presente estudo, é importante que a ideia de Observatório seja analisada como um instrumento de ação coletiva. Portanto, cabe entender, antes de avançar para a análise do objeto de pesquisa, o que é um observatório, e como esse tipo de organização é geralmente mobilizado. Apesar de ser um instrumento conhecido, a literatura própria sobre observatórios ainda é muito escassa e pouco generalizada. As produções teóricas sobre o assunto são especialmente na área de comunicação organizacional.

Observatórios estão presentes no debate público como formadores de opinião a partir da divulgação de informações e dados. A sua contribuição permite a construção de um debate mais qualificado, trazendo à luz novas perspectivas. A ideia de se observar um fenômeno vem juntamente à ideia de fiscalização e controle da sociedade civil e de um conseqüente empoderamento da população.

Com o surgimento de diversos tipos de observatórios na América Latina a partir dos anos 2000, houve uma ligeira ascensão das discussões sobre o tema. A utilização dos observatórios como uma estratégia da sociedade civil trouxe à tona o uso desse mecanismo e seu potencial para o fortalecimento democrático e cidadão.

No Brasil, Herschmann, Santos e Albornoz (2008) analisam mais sistematicamente a construção e implementação dos observatórios em um contexto ibero-americano. Os autores utilizam a definição de Maiorano, em que observatórios são:

“organismos auxiliares colegiados e integrados de forma plural e que têm a função de facilitar o acesso público à informação de qualidade e propiciar a tomada de decisões por parte das autoridades responsáveis” (MAIORANO apud HERSCHMANN; SANTOS; ALBORNOZ, 2008, p. 3).

Os autores delegam aos observatórios a “observação e sistematização de dados relevantes para a dinâmica das sociedades contemporâneas” (HERSCHMANN; SANTOS; ALBORNOZ, 2008, p.1). A partir dessa função, os observatórios trabalham estrategicamente em redes para a potencialização de ações.

Devido à incipiência da literatura sobre observatórios e à falta de um estudo sistemático sobre o fenômeno, para a pesquisa, os estudos sobre fóruns e redes serão úteis para que se compreenda a formação de um observatório de forma teórica.

O debate sobre movimentos em rede abriu horizontes e passou a incluir atores que anteriormente não eram considerados parte dos movimentos sociais (ABERS; VON BULOW, 2011, p. 74). Dessa forma, a expansão do poder analítico permitiu novas abordagens de grupos e organizações. Uma organização como o Observatório do Código Florestal não pode ser enquadrada sem que se leve em consideração a sua organização em rede.

A literatura sobre fóruns conduz a uma interessante avaliação sobre a expressão dos movimentos em rede. Scherer-Warren (2007) analisa o Fórum Social Mundial, e em sua análise define esse tipo de organização como uma rede multi-identitária de coletivos que contemplam uma múltipla variedade de sujeitos, incluindo diversas organizações, em torno de alguma questão ou tema. Ou seja, fóruns são uma ampla rede articuladora de atores da sociedade civil que se orientam ao redor de princípios (SCHERER-WARREN, 2007, p. 23).

Ademais, os fóruns constroem um espaço público alternativo, que possibilita a interlocução e articulação de sujeitos heterogêneos. Além de criar um espaço de confluência política, os fóruns, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana analisado por Silva (2002), são formados por uma rede de atores que “não pressupõe a diluição das identidades envolvidas, mas possibilita a construção de consensos e formulação de ações comuns a partir de uma interação comunicativa” (SILVA, 2002, p. 145).

Assim como os fóruns, os observatórios utilizam a sua rede para construir um espaço público alternativo que potencialize as ações. Albornoz e Herschmann (2006) argumentam que os observatórios procuram formas de orientar e elaborar ideias e propostas que contribuam para o aperfeiçoamento de políticas públicas, e para isso se valem de um relacionamento com o poder público para atuar. A sua atuação depende, portanto, das possibilidades de interlocução com o Estado, e a sua capacidade de inserir a sua pauta no debate público.

Fóruns e observatórios têm a missão de reunir atores diferentes com um objetivo em comum. Os dois instrumentos podem ser mobilizados de forma semelhante, mesmo que desempenhem papéis diferentes para as organizações. Nesse sentido, essa pesquisa vai trabalhar os Observatórios como um tipo de fórum “observador”, mais focado em acompanhamento e avaliação sistemática de um determinado tema ou fenômeno, conforme a função de observatório utilizada por Herschmann, Santos e Albonoz (2008), mencionada anteriormente.

Dessa forma, pode-se dizer que os observatórios, assim como os fóruns, são mobilizados pelos movimentos sociais para conduzir sua estratégia de ação coletiva. Tarrow, em seu livro “O Poder em Movimento” (2009), afirma que as estratégias de ação coletiva são as ações dos movimentos sociais que são mobilizadas tendo em vista determinados resultados. Essas estratégias são utilizadas de acordo com as

necessidades coletivas e são um fenômeno de estudo importante para compreender as atuações políticas em um determinado contexto.

O conceito de Tilly serve para entender como uma ação coletiva se organiza tendo em vista um objetivo em comum. Esse conceito é abrangente, por isso, não aborda as escolhas internas das organizações, trabalhando especialmente com a mobilização em si e o que leva à sua prática. Porém, as escolhas organizacionais também são fundamentais para os grupos. Para compreender as escolhas dos movimentos sociais enquanto atores estratégicos, é importante também apreender como e por que, dentro de diversas possibilidades de organização, se escolhe um arranjo específico.

Como essa pesquisa pretende trabalhar um arranjo político em especial, a análise organizacional é de grande importância. Por esse motivo, será trabalhada a perspectiva de Clemens (2010), que adaptou Tilly para trabalhar com as escolhas organizacionais, criando os Repertórios Organizacionais. Segundo a autora, os repertórios organizacionais são “padrões para arranjos de relações no interior de uma organização” e “conjuntos de roteiros para a ação culturalmente associados para esse tipo de organização” (CLEMENS, 2010, p.164).

Ao escolher um observatório, portanto, as organizações que compõem o movimento lidam com uma escolha de ordem organizacional. Essa escolha é guiada não só por características instrumentais, mas também por questões culturais. Elas guiam as atribuições dos atores, a hierarquia, o que cada um pode fazer e como cada um pode agir, assim como a própria forma de associação. Além disso, múltiplos modelos de organização estão disponíveis, e vários podem ser legítimos e compatíveis ao mesmo tempo. Essas definições variam de acordo com as capacidades dos grupos de criar mudanças institucionais (CLEMENS, 2010, p. 179-180).

Portanto, essa pesquisa irá trabalhar com duas perspectivas. Em uma análise mais ampla, será utilizada a ideia de Repertórios de Ação, de Tilly, enquanto uma abordagem mais próxima, trabalhando a estrutura do grupo, será feita por meio dos Repertórios Organizacionais de Clemens.

Para analisar o Observatório do Código Florestal será importante para essa pesquisa compreender como o movimento ambientalista no Brasil construiu os próprios repertórios de ação coletiva. A partir disso, é possível remontar de que forma as escolhas organizacionais foram feitas e de que maneira é construída a ação coletiva. A escolha por um observatório está localizada em um contexto histórico e dentro de um movimento que possui uma grande trajetória no ativismo brasileiro.

Ao observar o percurso do movimento ambientalista, arranjos colaborativos entre as associações são recorrentes dentro do grupo. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007), o movimento ambientalista frequentemente utilizou “associações como forma de

coordenação da ação coletiva”, para conseguir divulgar a sua agenda. Ainda de acordo com as autoras, após a Constituinte, uma tentativa fracassada de articulação por meio de partidos mostrou que o caminho mais eficiente para o movimento seria buscar a atuação por meio de articulação política de associações e organizações (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.163).

É por esse motivo que as mudanças institucionais também podem ser vistas como oportunidades políticas. A partir das estruturas de oportunidades políticas, os grupos configuram-se e adotam as suas estratégias. Essa estrutura é composta pelas dimensões formais e informais no ambiente político, e, como abordado por Alonso, Costa e Maciel (2007), à medida em que acontecem mudanças, novos caminhos surgem para as reivindicações.

Além do lado contencioso, os movimentos também constroem o seu ativismo por meio da articulação com o Estado. Esse tipo de perspectiva será importante para compreender de que forma o relacionamento com o Estado molda a organização e qual a relevância política do grupo dentro desse arranjo. Dentro da escolha organizacional, também estão enquadradas as possibilidades de relacionamento com o Estado. É importante tentar compreender, pois, qual o papel de determinado arranjo organizacional, o observatório, na construção desse relacionamento político.

Para isso, esse estudo vai utilizar a análise de Abers, Serafim e Tatajiba (2014) sobre Repertórios de interação Estado-Sociedade. Conforme as autoras, os movimentos sociais constroem o seu relacionamento com o Estado de diversas maneiras além do confronto direto, e, por isso, é importante perceber a atuação da sociedade civil em relação ao Estado através da ideia de repertórios.

Por isso, as autoras criam a perspectiva de Repertórios de Interação Estado-Sociedade para construir análises de diversas dinâmicas brasileiras. As autoras identificam, portanto, quatro tipos de rotinas comuns na interação Estado-Sociedade Civil: Protestos de Ação Direta, Participação Institucionalizada, Política de Proximidade e Ocupação de Cargos na Burocracia. Diferentes combinações dessas rotinas formam os repertórios de interação que são combinados, usados e transformados.

Outro aspecto importante que será utilizado no debate é a importância dos relacionamentos interpessoais e dos laços entre entidades na construção da organização política. Os relacionamentos são importantes e integram o repertório dos movimentos sociais em sua trajetória. Sobre isso, Diani (1995) discorre acerca das alianças inter-organizacionais. O autor afirma que redes de movimentos sociais são essenciais para o desenvolvimento de uma mobilização sustentável e efetiva. Essas ligações possibilitam que os protestos sejam generalizados e se tornem uma questão socialmente relevante (DIANI, 1996, p. 6).

A partir dessas redes, contextos de micromobilização são formados, possibilitando que as interações sociais de cidadãos comuns se convertam em ativismo (Alonso, Costa e Maciel, 2007, p.154). É na conexão entre ativistas que interpretações comuns, laços afetivos e lealdades comunitárias são formadas dando vigor aos esforços de construção de um projeto coletivo. As identidades coletivas são fatores fundamentais para que se construa um movimento combativo e integrado.

Dessa forma, as conexões entre os participantes do observatório serão fundamentais para entender a criação do grupo. A forma como a rede de organizações é formada, e como os laços interpessoais são dispostos nessa rede, permitirá que se acompanhe a construção dessa organização internamente, e isso é importante para uma análise da estratégia do instrumento de ação coletiva.

A análise do observatório enquanto um tipo de fórum requer que os diversos conceitos teóricos utilizados acima sejam incorporados. A partir desse ponto de partida, será possível entender como o Observatório do Código Florestal funciona em sua ação coletiva e como a sua mobilização foi construída pelas diversas instituições que integram o movimento. Cabe ressaltar, por fim, que esse estudo também possibilitará uma expansão da escassa literatura sobre observatórios.

4 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL

Em 2012, o ativismo ambiental no Brasil passou por um de seus maiores confrontos. A aprovação do Código Florestal trouxe à tona diversos dispositivos legais que contrariaram princípios de conservação da biodiversidade. Mesmo após uma forte campanha na opinião pública pelo veto da presidência, grande parte do que foi defendido pelos grupos acabou sendo ignorado.

Perdas e vitórias são uma componente fundamental na história do Movimento Ambientalista no Brasil. Em 1958 foi fundado o primeiro grupo conservacionista no Brasil, a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza). Por possuir um caráter atrelado à burocracia governamental, a fundação trabalhava consistentemente na forma de um grupo de interesse, atuando de forma próxima ao governo por meio de lobby e tentando influenciar a pauta política (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2005, p. 79).

Em 1965, o regime militar deu passos importantes na política ambiental no Brasil ao consolidar códigos regulatórios para a proteção ao Meio Ambiente (HOCHSTETLER & KECK, 2007, capítulo 1, seção 2, parágrafo 1). Mesmo assim, o projeto desenvolvimentista do governo não possuía abertura para uma militância forte pelo meio ambiente.

Foi só a partir dos anos 70, com o afrouxamento do controle estatal, que a estrutura de oportunidade política proporcionou mobilizações mais intensas. Ao mesmo tempo em que as instituições diminuían suas restrições à participação popular, a reestruturação do aparato burocrático criou espaço para a primeira agência governamental responsável pelo Meio Ambiente, a SEMA (Secretaria de Meio Ambiente). À época, apenas 11 países no mundo possuíam esse tipo de órgão (HOCHSTETLER & KECK, 2007, capítulo 1, seção 2, parágrafo 2).

Com a redução da censura e o fim do banimento das manifestações, ativistas ressurgiram na esfera política. A emergência de protestos ambientalistas veio em conjunto, aliando-se a instituições tradicionais, como a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2005, p.154).

Em 1971 é fundada a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), consolidando-se como a primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina (VIOLA, 1986, p.10). A associação tinha como pauta a defesa da flora e fauna e o combate à poluição e à destruição da natureza. Um dos grandes

feitos da associação foi a campanha contra o uso de agrotóxicos, iniciada em 1972. A campanha foi rapidamente difundida e passou do nível local para nível nacional (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2005, p.155).

Destaca-se também o surgimento do Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) em 1973 e da Associação Paulista de Proteção Natural (APPN) em 1976. Nesses dois casos, os grupos fugiram do padrão anterior de profissionais ligados à área científica e foram formados por pessoas sem expertise técnica na área, provenientes de diversas camadas da população (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2005). Isso diversificou o quadro de movimentos ambientalistas, e aproximou a pauta ambiental dos protestos pela redemocratização.

Do lado governamental, houve, também, a criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), a partir da Lei 6.938 de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) estabelecendo novas regras de proteção ambiental e controle de desmatamento.

Foi a partir da transição democrática que se formaram as bases para as reestruturação da participação popular. Isso permitiu que as organizações ambientalistas firmassem o Movimento Ambientalista Brasileiro. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007), a consolidação do ativismo ambiental como um movimento social só se deu quando os diversos grupos coordenaram-se entre si de maneira a organizar e sistematizar suas atividades. Três momentos foram cruciais nesse processo: o Ciclo de Protestos pela Redemocratização, a Constituinte de 88 e a Rio-92. Cada evento proporcionou estruturas de oportunidade para a consolidação de uma rede conectada e coordenada.

Na Constituinte de 88, especificamente, os ambientalistas tiveram um papel importante na instituição de dispositivos federais de proteção ambiental. Na definição de uma estratégia de mobilização mais adequada, o grupo obteve maiores resultados a partir de uma estrutura associativa (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.161). Esse momento marcou as estratégias de divulgação e vocalização posteriores do movimento.

Em 1990, Collor nomeou Lutzenberger, conhecido ativista, como Secretário de Meio Ambiente. Essa atitude surpreendeu e criou um espaço do ativismo ambiental dentro da burocracia estatal. Porém, ao contrário do esperado, não houve uma maior abertura para os ambientalistas dentro do governo federal, mantendo-se a mesma situação de distanciamento (HOCHSTETLER & KECK, 2007, capítulo 1, seção 4, parágrafo 5).

A Convenção das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, marcou uma oportunidade de avançar a pauta das organizações e consolidar o movimento. Para o evento foram reunidas cerca de mil organizações, lideradas pela SOS Mata Atlântica, em uma coalizão pelo meio

ambiente. Isso deu origem ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que estruturou a base da atuação ambientalista para a conferência. A partir de então, coalizões duradouras entre as instituições foram definidas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, pp.163-166).

A partir de então, a atuação política ficou orientada para a organização e coalizão, sem, ainda, minar especificamente o espaço burocrático. Porém, a partir da eleição de Lula para a presidência, em 2002, muito sobre a organização do Movimento Ambientalista mudou. Sobre isso, Abers e Oliveira dissertam sobre a relação Estado e Sociedade Civil no governo do PT, afirmando que, por meio de cargos, houve um aumento no processo de integração de quadros de movimentos sociais em cargos comissionados do Ministério do Meio Ambiente (ABERS; OLIVEIRA, 2015, p.340).

A integração de ativistas no Estado foi um dos destaques do governo Lula. A nomeação de Marina Silva, conhecida ativista ambiental, foi um grande marco nas relações entre ambientalistas e o governo federal, pois abriu novas portas para diálogo e interlocução. Junto à Marina, outros ativistas juntaram-se à estrutura burocrática. Ao mesmo tempo, o CONAMA foi ressignificado, passando a ser utilizado para que houvesse um maior envolvimento da sociedade na gestão ambiental (ABERS; OLIVEIRA, 2015, p. 346-347).

Contudo, conflitos marcaram a saída de Marina Silva do Ministério. A clara incompatibilidade entre o trabalho do Ministério do Meio Ambiente e a agenda desenvolvimentista do governo, entre outros conflitos, fez com que Silva renunciasse a seu cargo e saísse do Partido dos Trabalhadores. Muitos ativistas, em conjunto, abandonaram os cargos ocupados na burocracia (ABERS; OLIVERIA, 2015, p.347).

Em 2010, com o fim do governo Lula e a posse de Dilma, ocorreram mudanças no relacionamento entre o Governo Federal e os ativistas. Para o cargo de Ministra do Meio Ambiente, Dilma nomeou Izabela Teixeira, funcionária pública sem histórico de militância ambiental. Os ativistas relatam um crescente distanciamento entre o ministério e a sociedade civil, marcado pela diminuição de colaborações entre o governo e ONGs (ABERS, 2015, p.5).

Após a nomeação de Teixeira, o Congresso passou à discussão do PL 1.876/1999, que propunha um novo Código Florestal Brasileiro. Com a data de criação em 1999, a proposta só foi ganhar força em 2010. A pauta surgiu a partir dos anseios de alguns grupos pela flexibilização do Código Florestal de 1964 (SAUER; FRANÇA, 2012, p.290). O movimento ambientalista posicionou-se de forma bastante firme contra o projeto, pois, segundo as organizações, a proposta colocava em risco a biodiversidade brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/12/2010).

No outro lado, os grupos ruralistas contavam com uma larga parcela de repre-

sentantes no Congresso, e pressionavam por uma mudança na legislação para ampliar a área agricultável e diminuir barreiras burocráticas. Com isso, visavam aumentar a produção e conseqüentemente acelerar a sua inserção no mercado internacional.

A proposta era do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e tinha como objetivo alterar competências e procedimentos para ações que interferissem nas áreas protegidas. O projeto modificava a regulação das áreas de proteção permanente (APPs) e das reservas legais (RLs), mantendo a obrigatoriedade de sua preservação, mas diminuindo a porcentagem de preservação de cada propriedade (SENADO NOTÍCIAS, 03/06/2011).

Outra proposta do projeto era a diminuição da preservação das margens dos rios, tirando a obrigatoriedade de proteção das nascentes e matas ciliares. As serras e topos de morros também teriam a sua preservação flexibilizada, permitindo a execução de atividades econômicas nessas áreas. Além disso, o projeto propunha a anistia de multas, perdoadando aqueles que descumpriram a lei até 2008 (O ECO, 01/11/2010).

Em Maio de 2011, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em meio a um processo tumultuado. Mesmo com a oposição de ONGs e ativistas, foram mantidos os dispositivos sobre as anistias e a diminuição das contrapartidas de recuperação e restauração florestal. O projeto partiu para o Senado como PLC 30/2011 (SENADO NOTÍCIAS, 03/06/2011).

Em junho de 2011, para angariar oposição ao Código Florestal, foi lançado o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, formado por cerca de 200 organizações, contando com a presença de ONGs, Redes de Preservação, Federações de Trabalhadores Rurais, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CUT, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), entre outros. O Comitê veio como uma tentativa de trazer para o público leigo, distanciado do debate, informações sobre as questões do Código Florestal. Dessa forma, foi lançada a Campanha “Floresta faz a Diferença”, que contou com o apoio de diversas personalidades e celebridades na divulgação dos problemas do projeto (COMITÊ EM DEFESA DAS FLORESTAS, 06/2011).

Em reação à aprovação na Câmara, o comitê produziu um manifesto contra o projeto:

“O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável manifesta sua profunda indignação com a aprovação do projeto de Código Florestal pela Câmara dos Deputados em 25 de abril. A aprovação do relatório do deputado Paulo Piau representa o maior retrocesso na legislação ambiental na história do País. Se o texto aprovado pelo Senado já significava anistia aos desmatamentos ilegais e incentivos a novos desmatamentos, os deputados conseguiram o que parecia impossível: torná-lo ainda pior.” (COMITÊ BRASIL EM DEFESA DAS

FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012).

A aprovação do PLC no Senado ocorreu em novembro de 2011. O movimento ambientalista conseguiu manter as nascentes e olhos d'água como áreas de preservação permanente obrigatórias – algo que estava sob ameaça inicialmente – mas não conseguiu eliminar as prerrogativas de redução da área de recuperação nem a parte que versava sobre a anistia das multas (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/11/11). O projeto voltou para a Câmara, onde recebeu uma nova versão. Após o trâmite, o projeto passou para a sanção presidencial.

Tendo em vista esses problemas, a pressão do movimento ambientalista se intensificou, dessa vez com o objetivo de conseguir o veto total do projeto pela Presidência. A partir de então, foi lançada a campanha “Veta Dilma”. A campanha foi encabeçada pelo Comitê em Defesa das Florestas e foi possível amplificar ainda mais os protestos contra o Código (UOL NOTÍCIAS, 04/05/2012). O movimento tomou especialmente as redes sociais, e se espalhou de forma rápida.

Em um momento marcante da campanha, a atriz Camila Pitanga, mestre de cerimônias de um evento presidencial, em frente ao ex-presidente Lula e à presidenta Dilma, quebrou o protocolo pediu em sua fala “veta, Dilma”. A atriz foi aplaudida pelos presentes, e o vídeo ganhou um grande número de visualizações nas redes sociais (G1, 04/05/2012).

Mesmo após a pressão da sociedade pelo veto total, o Código Florestal foi sancionado por Dilma Rousseff, contando com 9 vetos parciais. Apesar do fracasso na tarefa de conseguir o veto total, a comoção nacional em torno do tema ambiental, uma novidade no Brasil, foi avaliada como um avanço para as organizações (IG ÚLTIMO SEGUNDO, 25/05/2012).

As perdas do movimento ambientalista foram consequência, em grande parte, das próprias limitações na organização do grupo. Conforme a entrevista 4:

“Eu acho que um desafio óbvio era a diferença de recursos no lobby. A CNA e os ruralistas tinham um lobby poderoso, com grana, com muitos deputados, e a gente com poucos deputados, do nosso lado, digamos assim, que fechavam com a gente e iam tentar convencer outros. Eu acho que tinha as dificuldades inerentes de um conjunto, um mosaico de organizações da sociedade civil, que se unindo no comitê em defesa das florestas, e em outras iniciativas, não tinha talvez em alguns casos mensagens tão claras, ou uma força tão grande como os sindicatos rurais que conseguiam definir 3, 4 pautas simples, que eram deles, e trabalhar para isso” (ENTREVISTA 4).

O Código Florestal (agora Lei 12.651/2012) além de modificar as prerrogativas da lei anterior, também passou a prever diversos dispositivos de preservação e monito-

ramento ambiental, sendo os principais o CAR, Cadastro Ambiental Rural, e o PRA, Programa de Regularização Ambiental.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um sistema de registro de base eletrônica georreferenciada, obrigatório para todas as propriedades rurais no país. Após a realização do cadastro, o proprietário deve declarar as suas pendências quanto à preservação, compensação e reposição florestal. Esse cadastro permite o monitoramento e o controle das Áreas de Preservação Permanente (APPs), Áreas de Reserva Legal (RLs) e Áreas de Uso Restrito (UR), assim como outras definidas por lei.

O Programa de Regularização Ambiental (PRA), por sua vez, é um conjunto de regras que definem as ações a serem implementadas pelos proprietários rurais para adequação da propriedade às regras do Código Florestal. Esse programa é definido pelos estados e é a partir dele que os proprietários guiarão as suas iniciativas de compensação florestal.

Esses dois dispositivos, após a aprovação do Código, ainda necessitavam de regulamentação por parte do Governo Federal. O Decreto Presidencial sobre o CAR veio em outubro de 2012, mas o relativo ao PRA só foi feito tardiamente, em maio de 2014. A implementação desses instrumentos tornou-se o novo foco das organizações ambientalistas, que acreditavam que, apesar das perdas, não se podia descansar em frente aos desafios do Novo Código Florestal.

Considerando as limitações do movimento ambientalista durante a tramitação do Código e a necessidade de seguir em frente após a sanção em Maio, as organizações pensaram em uma nova abordagem. Seguiu-se então, a mesma perspectiva usada durante a Constituinte, e a RIO-92, investindo em “associações como forma de coordenação da ação coletiva” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.163) em busca de aliados na sociedade civil.

Foi por isso que, em maio de 2013, um ano após a lei entrar em vigor, foi criado o Observatório do Código Florestal. No evento “Um Ano do Novo Código Florestal: Entraves, Avanços, Retrocessos?” as organizações fundadoras, com apoio da Frente Parlamentar ambientalista, oficializaram a criação do OCF.

O OCF formou-se inicialmente por 7 membros fundadores, todos organizações ambientalistas. O Observatório tem como objetivo gerir e divulgar informações sobre a implementação do Código Florestal, partindo de uma base colaborativa para acompanhar os instrumentos por todo o Brasil.

Após o lançamento do observatório, deu-se a abertura para a adesão de outras entidades. Desde então, o OCF já agregou 15 entidades colaboradoras, que estão espalhadas entre as diferentes regiões do Brasil. Diversas entrevistas (Entrevistas 3, 5, 6, 7) apontaram a importância da capilaridade dessa rede de colaboração no

funcionamento do acompanhamento, ao permitir que as informações sejam melhor difundidas no território nacional. O objetivo é expandir ainda mais essa rede, chegando a agregar todos os estados do Brasil.

O Quadro 2 lista as organizações fundadoras e colaboradoras:

Quadro 2

Lista de Organizações do Observatório do Código Florestal

Organizações Fundadoras (7)	Organizações Colaboradoras (15)
Conservação Internacional (CI - Brasil)	Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)
Instituto Centro de Vida (ICV)	Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)
Instituto Socioambiental (ISA)	Associação Caatinga
Fundação SOS Mata Atlântica	Biofílica
The Nature Conservancy (TNC)	Bolsa Verde do RJ (BVRio)
WWF-Brasil	Conservação Estratégica (CSF)
	Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá)
	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)
	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
	Iniciativa Verde
	Instituto Goiamum
	Instituto Planeta Verde
	Proforest
	Rede Mata Atlântica (RMA)

Conjuntamente, o Observatório possui o projeto Inovacar (Iniciativa de Observação, Verificação e Aprendizagem do Cadastro Ambiental Rural e da Regularização Ambiental). O Inovacar é uma iniciativa implementada pela Conservação Internacional (CI) do Brasil, que funciona complementarmente ao OCF, acompanhando os processos de execução do Cadastro Ambiental Rural em todo o Brasil. A iniciativa é a base de coleta de informações do Observatório, e o subsidia com relatórios periódicos sobre a situação de vários estados brasileiros. Desde a sua criação, o Observatório do Código Florestal conduziu atividades de acompanhamento e fiscalização do Código Florestal no Brasil, investindo especialmente em relatórios técnicos, avaliações e cartas abertas. Todas as atividades do Observatório são veiculadas no site (<http://www.observatorioflor>

estal.org.br/), que também funciona como uma plataforma de divulgação de notícias próprias e de outros veículos de comunicação.

Um momento importante no trabalho do OCF foi a entrega da Carta ao Governador Geraldo Alckmin. No final de 2014 foi iniciada a discussão sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Estado de São Paulo. O conteúdo do projeto, porém, não estava de acordo com os ideais de preservação dos ativistas ambientais, chegando até, de acordo com o OCF, ser menos restritivo que a própria lei federal. A partir disso, o OCF produziu uma carta aberta ao governador elencando os principais pontos problemáticos do projeto.

A partir da mobilização que a carta provocou, vários dos pontos levantados foram vetados pelo governador. Apesar de não conseguirem o veto de todos os artigos que queriam, as organizações comemoraram o sucesso na iniciativa. Além desse evento, o OCF produziu mais 5 cartas, incluindo uma carta aos presidentes em 2014.

O OCF também costuma realizar eventos públicos para a discussão sobre o Código e seus instrumentos, contando com a realização de *workshops* de treinamento para auxiliar agricultores e gestores públicos na aplicação da lei. A ideia de intercâmbio técnico é muito importante na articulação do OCF, que busca auxiliar os estados com déficit de profissionais a empoderar-se na realização tanto do CAR quanto do PRA.

5 O OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL

A presente seção tem como objetivo conduzir uma análise sobre o Observatório do Código Florestal, debatendo as informações coletadas nas entrevistas e nos materiais consultados. Para isso, será dividida em 4 subseções. São elas: Repertório Organizacional e Formação de Consensos; Atores, Associações e Redes; Interlocação com o Estado e com a Sociedade; Estratégia.

Repertório Organizacional e Formação de Consensos

A ideia de estratégia, utilizada anteriormente no debate teórico, pressupõe uma mobilização organizada em torno de objetivos e metas. Dessa forma, a escolha de organização dos grupos corresponde a uma estratégia específica frente a capacidades e demandas. Conforme Clemens (2010), Repertórios Organizacionais são as diversas expressões dos arranjos organizacionais que os grupos têm disponíveis para construir a sua mobilização.

A autora assinala que um modelo escolhido por uma organização não é apenas uma convenção para coordenar as ações, mas também é uma “declaração do que significa para determinadas pessoas organizar-se de determinadas maneiras para determinados propósitos” (CLEMENS, 2010, p.186). Por isso, a escolha de um tipo de organização diz muito sobre o movimento que o escolheu.

Nesse sentido, a presente subseção vai analisar a estrutura organizacional do OCF, com o objetivo de entender a estrutura de mobilização em torno da agenda das organizações do coletivo. Para tanto, recorreremos tanto a Clemens (2010), em sua análise sobre modelos organizacionais, quanto às análises de Silva (2002) e Scherer-Warren (2007) sobre fóruns.

A organização básica do OCF é feita pela divisão em membros fundadores e colaboradores. Os membros fundadores são todas instituições ambientalistas ligadas de alguma forma à tramitação do Código Florestal. Os membros colaboradores, por sua vez, são diversas instituições ambientais, não apenas ONGs e associações, mas também um grupo empresarial de investimentos ambientais, a Biofílica, e a Bolsa Verde do Rio de Janeiro.

A partir dessa organização preliminar, o OCF possui um comitê executivo, formado pelas 7 instituições fundadoras (WWF-Brasil, IPAM, ICV, ISA, CI, TNC, SOS Mata Atlântica). O Comitê Executivo é responsável pela gestão geral do Observatório

e pela tomada de decisões relativas ao financiamento, gerenciamento de recursos e deliberação. O comitê se reúne periodicamente para planejamento e deliberação das ações.

Do comitê executivo é definida a Secretaria Executiva, responsável pela coordenação das atividades e pelo acompanhamento e gestão do OCF. A secretaria é rotativa e muda a cada dois anos. Atualmente, está sob responsabilidade do IPAM, devendo passar em seguida para o WWF-Brasil .

Na organização interna, a divisão do Observatório em eixos estratégicos é proveniente da discussão acerca dos princípios de implementação do Código Florestal. Esses eixos foram definidos em reunião com todo o coletivo e servem para direcionar a atuação do Observatório. São eles: Transparência das Informações, Implementação Efetiva do CAR e dos PRAs e Incentivos Econômicos para a Implementação do Código Florestal.

O trabalho do Observatório é organizado em torno desses eixos estratégicos. A estrutura organizacional do Observatório conta com Grupos de Trabalho (GTs), definidos a partir dos eixos.

Nos GTs, tanto os fundadores quanto os colaboradores participam. Os GTs atuais são GT Transparência, GT CAR e PRA, GT Incentivos Econômicos, GT Regulamentação nos Estados. Cada entidade é direcionada para o GT correspondente de acordo com as áreas de atuação de cada organização. Cada organização é responsável por eleger o representante que vai participar das reuniões dos GTs. Os GTs se reúnem em geral a cada mês, a depender da disponibilidade dos participantes.

O OCF também possui um GT especializado em comunicação, que faz a gestão do conteúdo produzido pelo OCF no site, divulga as pautas e reforça as informações em material de comunicação. Uma outra função importante da comunicação, mencionada nas entrevistas, é a responsabilidade de transformar todo o conteúdo técnico produzido pelo grupo em informações palatáveis para o público leigo. Esse GT é composto especialmente por profissionais de comunicação contratados para a função.

Os GTs são o espaço de compartilhamento de capacidades e de sinergia organizacional do observatório. Nesse ambiente, os participantes integram os seus conhecimentos em torno dos eixos estratégicos e trabalham juntos. As discussões feitas nos GTs servem para criar subsídios para a atuação do OCF e para definir as contribuições das entidades no período de tempo até a próxima reunião. O coletivo do observatório se mantém em contato por meio de um grupo de e-mails.

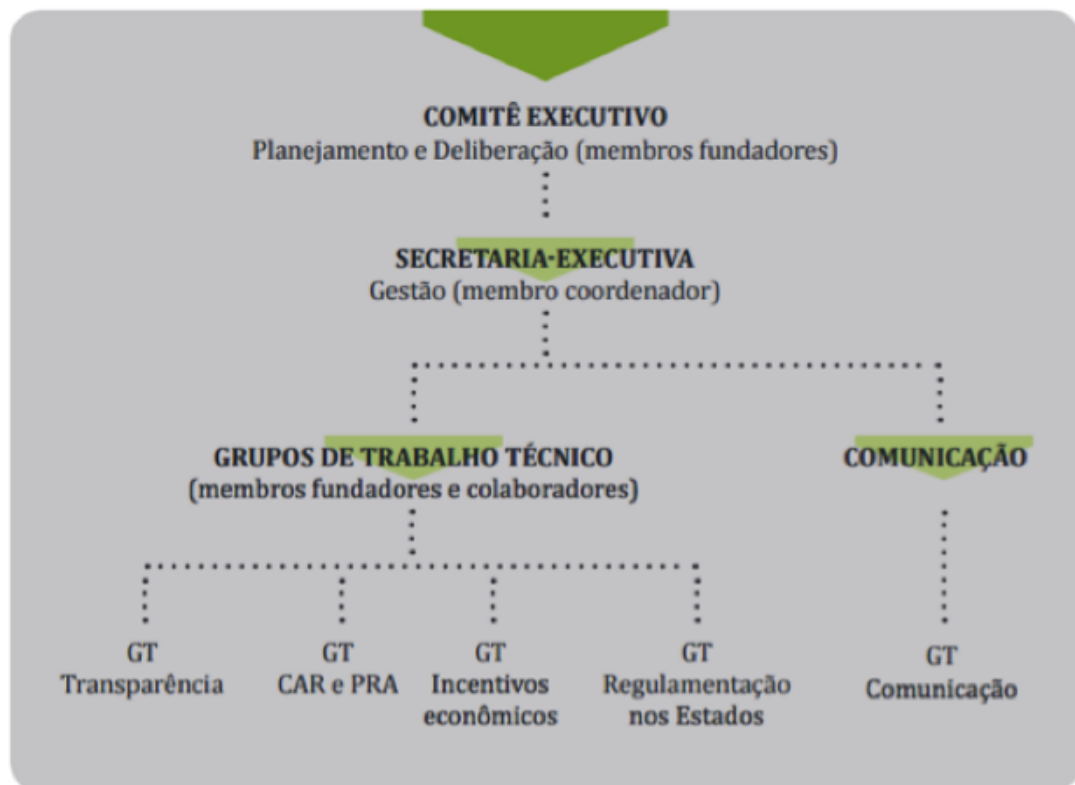
A cada ano, todas entidades participantes do OCF organizam-se em reuniões de planejamento estratégico. Essas reuniões têm como objetivo definir as metas, iniciativas e os projetos do ano, além de estabelecer as estratégias de atuação. Nesse espaço,

todos têm a mesma voz para opinar. A partir dessas reuniões são produzidos relatórios públicos sobre as atividades desenvolvidas pelo Observatório.

A seguir, a Figura 1 sistematiza a organização do observatório:

Figura 1

Estrutura Organizacional do Observatório do Código Florestal



Fonte: Relatório Anual de Atividades do Observatório do Código Florestal, 2014

A divisão entre membros fundadores e membros colaboradores é a base da gestão do observatório. As organizações fundadoras são responsáveis pela gestão do orçamento do observatório e, conseqüentemente, pelas decisões mais amplas do coletivo. Por outro lado, depois de feitas as decisões nesse comitê executivo, elas são difundidas para o coletivo amplo de organizações, que podem debatê-lo. Segundo entrevistados, essa divisão entre os fundadores e os colaboradores não interfere na horizontalidade do grupo (ENTREVISTA 2 e 4), haja vista que a discussão técnica e política nos GTs se dá em pé de igualdade entre as organizações.

A estrutura organizacional do OCF cria a estrutura de divisão de tarefas e estabelece uma hierarquia. A partir de uma divisão preliminar dos membros fundadores, as organizações estruturaram toda a linha de atuação do observatório. A organização em GTs permite que as entidades possam compartilhar as suas capacidades organizacionais individuais ao mesmo tempo em que constroem uma ação unificada.

Além disso, a estrutura possibilita que as organizações mantenham a sua autonomia individualmente. Segundo o site do observatório,

“as organizações integrantes do Observatório terão total liberdade de posicionamento e atuação, em nome próprio, com garantia de que suas posições serão externadas no âmbito do Observatório” (OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL).

Essa autonomia permite que as organizações tenham liberdade para continuar tocando as suas pautas individualmente, ao mesmo tempo em que garantem articulação constante sobre o tema junto ao OCF. Cabe ressaltar que cada iniciativa do Observatório, além de possuir a logomarca do observatório, tem a assinatura de cada uma das entidades que concordou com ela. Caso alguma não aprove, ela tem a total liberdade de não ter a sua imagem atrelada à iniciativa.

Essa perspectiva vem em consonância com a organização de fóruns, em uma rede multi-identitária. Esse tipo de estrutura possibilita a construção de um “ator coletivo que não pressupõe a diluição das identidades envolvidas mas possibilita a construção de consensos e formulação de ações comuns a partir de uma interação comunicativa” (SILVA, 2002, p.145).

A ideia de autonomia vem também para garantir certo consenso entre as instituições. A busca por esse consenso é importante para a organização coesa dos grupos, por mais que existam divergências internas. A construção desse consenso (ENTREVISTA 2) visa garantir que a agenda do observatório seja articulada sem turbulências internas. Conforme o entrevistado 2, o observatório não busca garantir o consenso amplo, mas garantir o consenso possível, permitindo a expressão de todos os presentes no coletivo, e garantindo o direito de não adesão às decisões.

Segundo outro entrevistado (ENTREVISTA 3), muitas vezes pontos muito específicos e polêmicos não são debatidos para evitar conflito. As diferenças regionais criam diferenças de posicionamento e de demandas. Por isso, torna-se necessário definir um debate consensual para que o trabalho funcione. Ainda assim, muito pode ser discutido sobre o tema sem que se entre em detalhes de maior discordância.

A heterogeneidade dos grupos que participam do observatório, sem esses condicionantes, tornaria o debate mais difícil. A busca por um consenso demonstra que os grupos internamente abrem mão de suas diferenças em busca de uma atuação

direcionada à pauta do Código Florestal. O foco em torno dos eixos temáticos e a definição, a priori, de que cada organização pode manter a sua autonomia, permitem que as organizações ultrapassem as limitações internas, mesmo que isso signifique desconsiderar possíveis críticas ou questionamentos.

Scherer-Warren (2007) levanta como desafios da organização de movimentos em rede: “a complexidade das demandas; a dificuldade de conciliação das temáticas prioritárias; o encontro e o desencontro de agenda de interesses; o diálogo intercultural (ou a falta dele)” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 20). A forma de organização do OCF tenta sobrepor esses desafios, definindo claramente temas e objetivos, bem como permitindo a autonomia das organizações. Mesmo com um grupo tão heterogêneo, é possível conduzir os debates sobre o código de maneira coesa, e isso graças ao modelo organizacional.

Essa organização define como os trabalhos são conduzidos e o que cada organização participante pode esperar deles. Clemens (2010) ressalta que a organização de um coletivo vai além do próprio processo de mobilização. “Conforme um grupo se organiza de uma maneira particular, adota um modelo específico de organização, ele sinaliza sua identidade tanto para os seus próprios membros como para outros” (CLEMENS, 2010, p.180). A identidade dos grupos, nesse caso, é mantida em torno da organização do observatório, enquanto a pauta continua sendo mobilizada constantemente.

A forma de organização de um grupo corresponde a um dos aspectos da mobilização coletiva. A ideia de repertórios de Tilly e Tarrow considera práticas que são apreendidas e construídas ao longo do tempo. Clemens (2010) reforça que o repertório organizacional também é “produto do hábito, da autorreprodução (ou da falta dela) de um padrão social particular” (CLEMENS, 2010, p.165).

A construção de um fórum, em forma de observatório, é uma maneira de criar uma união de associações. É interessante notar que a mobilização coletiva em torno de uma coalizão de organizações é um fenômeno recorrente no movimento ambientalista. Alonso, Costa e Maciel (2007) assinalam essa questão em seu estudo sobre a consolidação do Movimento Ambientalista no Brasil. A opção por uma estratégia conjunta de atuação, feita tanto na Constituinte de 88 quanto na Rio-92, é repetida também no acompanhamento do CF.

O recorte do objeto de pesquisa inviabiliza uma análise mais aprofundada quanto a essa rotina dentro do movimento ambientalista. Porém, os exemplos históricos de atuação conjunta indicam que esse tipo de repertório organizacional é de extrema importância para o ativismo ambiental. Clemens (2010) ressalta que a escolha por um tipo de organização não leva em consideração apenas questões instrumentais e de eficácia. Além disso, as peculiaridades que estruturam o movimento também atuam no

processo de escolha (CLEMENS, 2010, p.179). Dessa forma, a história do movimento, sua base cultural, e as experiências conjuntas do grupo, somadas às necessidades relacionadas à política pública em questão, criam um ambiente propício para esse modelo de coalizão de organizações.

Atores, Associações e Redes

Redes de relacionamentos constituem o Observatório do Código Florestal. Por isso, cabe compreender de que forma essa rede é mobilizada, e como os grupos enxergam o relacionamento entre as organizações. A análise dessa organização como um movimento em rede é essencial para compreender as possibilidades e limitações das organizações. A presente subseção pretende trabalhar com essa perspectiva, mobilizando especialmente Diani (1995), Clemens (2010) e os estudos de fóruns de Silva (2002).

A união de diversas organizações no observatório é feita em busca de legitimidade na atuação. Tratando especialmente das organizações fundadoras, elas possuem um vínculo forte com o processo de consolidação do movimento ambientalista no Brasil e uma atuação política importante na construção da pauta ambiental a nível nacional e regional. As organizações fundadoras também participaram de forma mais intensa nos debates durante a tramitação do Código Florestal, e compuseram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas. A união desse grupo político garante maior amplificação da agenda dos instrumentos do CF.

A entrevista 4 deixou claro o relacionamento entre as entidades,

“Dependendo da pauta, essas entidades fazem coalizões momentâneas ou temporárias, para ganhar força, ganhar escala. De uma maneira ou de outra, essas entidades não são desconhecidas entre si, elas já têm uma atuação conjunta, histórica, e especialmente as entidades fundadoras na questão do Código Florestal. Todo o esforço político, público, e técnico que foi feito para evitar os retrocessos, elas estiveram ainda mais próximas. Então, a criação do observatório foi quase um reflexo, um prosseguimento desse processo político, que vinha desde meados de 2010, assim de forma mais intensa” (ENTREVISTA 2).

Além disso, a adesão de outros grupos como membros observadores permite que a rede seja expandida para várias partes do país, facilitando a difusão de informações localmente e o contato com outras perspectivas.

Cabe ressaltar que a ideia inicial do Observatório era envolver qualquer organização, relacionada direta ou indiretamente com a implementação do código, independente de ser ou não um grupo ambientalista. Qualquer entidade que pudesse contribuir com análises poderia participar (ENTREVISTA 4). Porém, até o momento, o grupo está limitado a organizações envolvidas na rede ambientalista.

A importância da ampliação dessa rede foi abordada por diversos atores nas entrevistas. Em especial, um membro de uma organização colaboradora ressaltou o estreitamento dos vínculos com as instituições participantes após a criação do observatório, contribuindo para um intercâmbio positivo entre as organizações (ENTREVISTA 3). Outra entrevistada reforça o estreitamento de vínculos entre instituições que já possuíam parcerias anteriormente (ENTREVISTA 7).

Os vínculos criados entre as organizações a partir desse arranjo organizacional contribuíram para a aproximação entre grupos que não tinham muito contato e para o reforço dos vínculos entre instituições que já se relacionavam. Nesse sentido, Clemens (2010) afirma que, a adoção de uma forma específica de organização influencia os vínculos que um grupo organizado estabelece com outras organizações (p.180), assim como no OCF.

Além de contribuir na realização das atividades do observatório, a inserção de diversas perspectivas regionais nessa rede permite que a análise da implementação dos instrumentos do Código Florestal seja feita de maneira mais ampla. Por se tratar de uma política pública descentralizada, a responsabilidade dos estados de implementar a legislação é alta. Questões relativas ao bioma e a características ambientais do estado contam muito na hora de executar tanto o CAR quanto o PRA.

“A gente tinha uma visão muito ampla e hoje a gente busca aprofundar, e então o Observatório acaba sendo um ambiente onde ao mesmo tempo a gente consegue ver as ONGs que estão lá na ponta e que trazem as sensibilidades dos seus locais, e também consegue ampliar e divulgar mais as informações para todo mundo, então muito do que está sendo discutido em Brasília e em São Paulo e que às vezes é discutido de uma forma que não se é muito divulgado, o fato de se ter um observatório e as ONGs estarem no grupo, no fórum do e-mail para poder receber as informações auxilia muito para quem tá lá na ponta” (ENTREVISTA 7).

Essa dualidade entre o regional e o nacional circunda as ações do OCF. Na iniciativa Inovacar, por exemplo, estabelece-se um acompanhamento nacional da implementação do CAR e se produz um mapeamento constante estado por estado. As diversas experiências servem para entender o que funciona e o que não funciona na gestão do Código Florestal no Brasil.

A fundação do Inovacar veio da preocupação com a possibilidade de que o novo Código Florestal não levasse em consideração as experiências anteriores de alguns estados com instrumentos semelhantes (ENTREVISTA 7). O Pará, por exemplo, já possuía um sistema próprio de cadastro ambiental com o Programa Municípios Verdes, em 2011. Ignorar essas experiências seria extremamente prejudicial para a execução da lei federal, segundo a entrevista 7.

Acerca disso, o OCF preza pela troca de experiências para aprimorar a aplicação dos instrumentos. O grupo realizou em julho de 2015 um evento com representantes do Acre, estado que já está bastante avançado na implementação dos instrumentos, para que apresentassem sua experiência para o DF e o Amapá, estados que, ao contrário, estão com baixo desempenho nos cadastros. O uso de exemplos positivos serve para dar base a estados que ainda não sabem que caminho seguir nesse processo.

Ao observar uma política pública que é ao mesmo tempo nacional, regional e estadual houve a necessidade de unir esforços de várias organizações para implementar um acompanhamento coletivo. Por isso, a construção do Observatório como um instrumento de ação coletiva mostrou-se importante para a abordagem da implementação do Código Florestal por parte dos atores.

A consolidação de redes de relacionamento é um ponto crucial no trabalho do OCF, pois é ela que garante que seja constituída a união de forças em torno da agenda. A opção por uma coalizão de organizações em torno do mesmo objetivo é uma escolha interessante, nesse sentido, pois permite que vínculos entre as instituições sejam construídos, aprimorados e ressignificados.

A construção de alianças entre instituições, através desse canal de interlocução, permite o reforço da ação coletiva. Diani (1995) discorre sobre a praxis cognitiva da criação de alianças, evidenciando que

“when political activists get involved in multiple memberships, they do more than link organizations which might otherwise be unknown to each other. They express their views on the compatibility between the different organizations they are joining, their ideological perspectives, their fundamental values, etc. Such views will be inevitably the product of the interaction between the activists’ personal attitudes, previous socialization to collective action, and opportunity calculations” (DIANI, 1995, pp. 8-9).

Nesse sentido, o relacionamento entre os grupos, além de unir esforços coletivos em torno de um projeto, também cria ligações importantes entre as instituições, e constrói uma confluência de opiniões, experiências e perspectivas. Isso é muito importante, pois reforça o caráter construtivo da ação coletiva, que por meio de redes é capaz de aprimorar ainda mais a sua atuação.

Mesmo que o Observatório possua uma rede considerável de organizações, ainda existem dificuldades na sua expansão. Alguns pontos focais foram apontados como problemáticos (ENTREVISTA 7). Tanto os estados do Nordeste quanto o Rio Grande do Sul têm muita dificuldade em implementar o Código Florestal e neles ainda não foi possível conseguir capilaridade. A presença de representantes dessas regiões

permitiria compreender o que causou o maior atraso. Isso foi definido como meta futura do coletivo.

Segundo Silva (2002), a articulação em rede é fundamental para o compartilhamento de projetos políticos, espaços e linguagens (p.143). Assim como o Fórum Nacional de Reforma Urbana, analisado pela autora, o Observatório do Código Florestal também articula uma rede que, em sua interconexão, permite o “fortalecimento e a qualificação não só do ator coletivo como também dos atores individuais inseridos no processo” (SILVA, 2002, p.153). Além de fortalecer o relacionamento entre as organizações, o arranjo de uma rede possibilita que a ação coletiva ganhe mais força e capacidade de articulação política.

Interlocação com o Estado e com a Sociedade

Além de possuir uma dinâmica interna relevante, o OCF também atua a partir de canais de interlocação tanto com o Estado quanto com a sociedade. Esse elemento exerce uma função significativa no observatório, haja vista que é seu papel possibilitar uma via alternativa na análise e no acompanhamento dessa política pública. Essa subseção tem, portanto, o objetivo de analisar a perspectiva relacional do OCF, trabalhando com a ideia de Repertórios de Atuação de Tilly e Tarrow (2009) e com os Repertórios de Interação Estado-Sociedade de Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

A análise de Tarrow sobre estratégias de ação coletiva possibilita uma abordagem do movimento social e suas reações às estruturas políticas (TARROW, 2009). Por outro lado, essas ações são vistas de maneira sempre contenciosa, sem enxergar as diversas maneiras com que o movimento social pode dialogar com o Estado. É por esse motivo que a noção de Repertórios de Interação Estado Sociedade Civil (ABERS, SERAFIM & TATAGIBA, 2014) mostra-se fundamental na análise de um instrumento como o Observatório do Código Florestal, partindo da sua necessidade de interagir com o Estado para conseguir tocar a sua pauta.

Além de acompanhar, o OCF também possui atuação política, fiscalizando o trabalho dos governos e exigindo uma aplicação correta do Código Florestal. Trabalhando com as rotinas comuns de interação Estado e Sociedade Civil, definidas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), pode-se dizer que o Observatório do Código Florestal trabalha na linha da *política de proximidade* pois a união dos status das organizações permite que elas possuam um local de fala e interlocação privilegiada. A ação do OCF se dá na busca de interlocação e influência na agenda política com os atores do governo.

O relacionamento do OCF com os agentes governamentais se dá principalmente por meio de eventos e conversas informais, haja vista que ainda não possuem uma

interlocação oficial com nenhum órgão de governo. A busca por esse espaço foi evidenciada pelos atores, que sentem a necessidade de conseguir um compromisso governamental maior com o governo.

“(. . .) se quer conseguir, no âmbito da interlocação do governo federal, estabelecer uma interlocação oficial com o governo federal sobre a implementação do Código Florestal. A gente precisa ter da parte do governo federal um comprometimento em relação à agenda, saber qual que é o plano do governo para implementar (. . .) a gente já fez várias conversas, mas não é uma coisa oficial, não se tem uma forma do governo prestar contas e se comprometer, essas conversas são muito conversas informais e a gente queria uma coisa que levasse a mais comprometimento do governo” (ENTREVISTA 5).

O fato de não existir, até o momento, uma interlocação oficial do Observatório com o governo reforça a existência de articulação informal das organizações com o Estado. Dessa forma, a criação de compromissos é feita por meio de vínculos com atores já conhecidos nas redes de contato das organizações, e por meio de relacionamentos construídos no processo de ampliação da rede do Observatório no Brasil.

Além disso, as parcerias com os governos estaduais e com órgãos de assistência técnica são bastante recorrentes nos eventos realizados pelo OCF, e também contam com parceria importante com a Frente Parlamentar Ambientalista – o evento de inauguração do OCF e vários eventos posteriores são realizados em parceria com a frente. Além da participação em eventos, pouco se pôde aferir sobre o relacionamento da entidade com o Estado.

Com relação à interlocação com a população, o OCF foi criado com a ideia de facilitar o acesso à informação para o público. Isso se dá através da divulgação de informações técnicas e de análises políticas. Existe dificuldade na divulgação da pauta dos instrumentos do Código Florestal para a população em geral. O conteúdo bastante técnico exige que se tenha um conhecimento anterior de legislação e de gestão ambiental. O OCF tenta cumprir esse papel de interlocação com a população, trabalhando para facilitar as informações para o público leigo.

O OCF divulga em seu site (observatorioflorestal.org.br) e em suas redes sociais atualizações constantes sobre temas do Código Florestal. Nesse ambiente virtual, o internauta interessado pode ter acesso às informações básicas sobre o CAR e o PRA e pode acompanhar notícias e acessar artigos de opinião.

O recurso ao conhecimento de especialistas é um ponto que legitima a agenda ambiental na opinião pública e faz com que os argumentos sejam levados em consideração no debate. A construção de um observatório é, dessa forma, uma opção política

estratégica porque reúne a expertise técnica e política em um único ambiente e permite a rapidez na reprodução das informações e a amplificação do tema do Código Florestal para a população.

Estratégia

A análise das estratégias de ação dos movimentos sociais é de extrema importância para se compreender de que maneira os movimentos interagem com as instituições e como promovem suas pautas tendo em vista perspectivas futuras. Movimentos sociais, enquanto redes que interagem e constroem significados coletivos, recorrem ao caminho que melhor se adapta à realidade política e institucional em que se encontram.

O Observatório foi criado com o objetivo de criar uma sinergia para o monitoramento e para a contribuição técnica e política na implementação dos instrumentos do Código Florestal. Segundo a Entrevista 4, várias entidades estavam preocupadas com essa questão, e a articulação foi criada de forma a reforçar a mensagem através do poder de articulação das organizações. Ainda segundo a entrevista, o Observatório foi criado não apenas para observar, mas também para agir.

“A ideia era que, a partir do monitoramento feito em rede, e portanto a rede gera capilaridade, você pudesse também articular em rede uma atuação para poder pressionar em pontos considerados estratégicos. Então, são aspectos que, trabalhando juntos, se conseguir criar uma sinergia, você é muito mais poderoso que uma organização sozinha, que vira mais uma organização, que faz seus próprios relatórios, suas próprias coisas e quem quiser lê algum dia talvez.” (ENTREVISTA 4).

O entrevistado 4 nota que um monitoramento em rede é mais eficaz que a criação de uma organização individual para essa tarefa. Essa perspectiva demonstra a heterogeneidade do repertório organizacional disponível para as organizações, e evidencia como um arranjo alternativo pode ser mais eficaz para uma organização do que uma estrutura fechada tradicional. Clemens (2010) discorre sobre o assunto, afirmando que “as formas burocráticas podem muito bem provar-se menos efetivas do que arranjos de redes, grupos solidários ou outras possíveis alternativas” (CLEMENS, 2010, p. 165).

Após a implementação do Código Florestal, em 2012, mudanças importantes ocorreram. Além de alterações nas prerrogativas institucionais da lei florestal, o ativismo ambiental precisou adaptar-se à nova dinâmica florestal no Brasil. A derrota durante o Código mostrou a dificuldade de se construir um espaço de articulação do movimento ambientalista. Em contraste, ficou clara a demarcação de espaço dos ruralistas na esfera legislativa. A entrevista 4, cujo entrevistado estava envolvido diretamente no

processo de tramitação do novo Código, ressaltou que era enorme o poder de influência ruralista em relação ao poder de influência ambientalista.

A criação do observatório, depois da derrota legislativa, veio então para conquistar novamente um espaço de diálogo do movimento nessa agenda política, dessa vez para auxiliar na implementação dos instrumentos e evitar que o pior acontecesse, que a flexibilização da lei fosse somada à ineficiência dos instrumentos de fiscalização. A união de esforços em torno do tema em um fórum observatório mostrou uma possibilidade de articulação da rede ambientalista no Brasil.

Os movimentos sociais reagem a mudanças e ambiguidades constantemente. A forma como o movimento escolhe responder a esses deslocamentos diz respeito à sua composição. Para Clemens (2010), os “padrões de organização em resposta a situações novas ou ambíguas devem ser conformados pelos laços que determinado grupo mantém com outros grupos engajados em um modelo particular de organização” (CLEMENS, 2010, p. 186). Ou seja, ao fazer um arranjo como o observatório, o coletivo optou por priorizar certas alianças em detrimento de outras, e a fortalecer uma forma de organização mais adequada para os seus objetivos.

As entidades trabalham em conjunto para conseguir influenciar a esfera política em seus níveis nacional e regional e conseguir a aplicação adequada de uma política pública. A construção de um monitoramento independente do Código Florestal, proveniente da sociedade civil organizada, mostra um caminho interessante na avaliação de políticas públicas por parte da população. A possibilidade de criar um canal alternativo, de contestação política e de construção de saberes coletivos é um dos pontos importantes de consolidação desse observatório.

“Eu acho que o Observatório ele tem um papel muito importante de pautar o debate público sobre a implementação do Código Florestal. Isso no cenário atual é super emergencial porque são poucas as informações reais sobre a implementação do Código Florestal e os próximos passos. Como o Código Florestal é uma política pública descentralizada acho que é fundamental a gente ter um ator independente, como o Observatório, para divulgar as informações de quanto o Estado da Bahia, o Estado do Amazonas, o estado do Pará estão implementando ou não o Código Florestal. (...) Quando se olha os dados disseminados pelo governo (...) não dá muito para explicar os números. Então é fundamental se ter um grupo de atores independente para ter um termômetro talvez mais real da situação” (ENTREVISTA 5).

Considerando o OCF enquanto um fórum é possível assinalar a sua capacidade de congregiar diferentes organizações em um espaço de interlocução. Esse tipo de organização permite o fortalecimento da ação coletiva, pois, assim como ressaltado por Silva (2002), o fórum promove a qualificação e o fortalecimento da sociedade civil frente ao conflito político (SILVA, 2002, p.153-154).

Uma análise mais aprofundada da estrutura de oportunidades do Novo Código Florestal seria necessária para conseguir compreender de forma mais ampla os resultados desse evento. Por isso, essa pesquisa vai se limitar a dizer que, no caso do Observatório do Código Florestal, a experiência adquirida pelos atores com a tramitação do CF teve como consequência uma organização pautada em aplicadores da lei, gestores e técnicos, em vez de incidir diretamente no poder Executivo.

Essa perspectiva é representada pelo contato constante dos membros do observatório com os aplicadores do PRA estadual, tentando evitar maiores retrocessos na consolidação dessa legislação. Também temos como exemplo o trabalho constante de acompanhamento nacional do CAR e das dificuldades regionais e locais que essa aplicação possui.

Isso é um exemplo da capacidade que os Movimentos Sociais possuem de apreender as mudanças institucionais para mudar internamente as estratégias de atuação. A decisão de unir organizações resulta das mudanças que a nova política florestal trouxe para o país, e mostrou-se mais apropriada para a abordagem do assunto de acordo com o grupo. A articulação associativa não é algo novo para o movimento ambientalista, que, conforme exposto anteriormente, está acostumado com a união de organizações em torno de uma pauta (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.161). Dessa forma, o movimento utilizou o repertório organizacional que tinha disponível previamente e o adaptou para as circunstâncias presentes (CLEMENS, 2010, p.168).

A estratégia empregada pelas organizações na composição do OCF é um recorte interessante da articulação do movimento ambientalista frente aos diversos desafios políticos. O grande diferencial do OCF é a sua rede de organizações que permite maior abrangência da ação e maior capacidade de interlocução num país vasto como o Brasil. Tarrow (1998) afirma que coalizões são um caminho importante para conseguir fortalecer a atuação de grupos e movimentos. Dessa forma, ele cita Diani para dizer que coalizões são estratégias capazes de “produzir redes sociais mais amplas e uma identidade coletiva mais abrangente entre os membros de diferentes organizações de movimentos” (DIANI apud TARROW, 1998, pp. 173-174).

Os movimentos sociais estão em constante processo de inovação e resignificação das suas ações. O OCF tem como objetivo construir sua articulação em torno do Código Florestal, e foi organizado para que os grupos pudessem participar e contribuir na construção da pauta sem estarem forçados a se submeterem às decisões da maioria. Dessa forma, a articulação de diversos atores heterogêneos consegue manter-se coesa e focada. O OCF também tem como objetivo servir de interlocução com o Estado e com a sociedade, e isso é feito por meio da força retórica que as

diversas organizações possuem em conjunto e por meio da divulgação constante de informações. As organizações não desistiram da articulação mesmo depois da difícil tramitação do Código Florestal. Ao invés disso, elas se reestruturaram e procuraram intensificar seus esforços para evitar o retrocesso. A capacidade de reinvenção dos movimentos sociais é o motor que os mantém vivos.

6 COMENTÁRIOS FINAIS

O Código Florestal trouxe consigo uma lista de implementação bastante complexa. A organização do movimento ambientalista ainda tem muito a caminhar frente aos grandes desafios dessa agenda. Além de afetar a gestão ambiental no Brasil, o Código Florestal também afeta várias pautas de desenvolvimento sustentável e essa legislação é uma política pública central no posicionamento brasileiro sobre o meio ambiente.

O movimento ambientalista possui um histórico de atuação vinculado à própria experiência democrática brasileira. À medida em que oportunidades políticas surgiram, o movimento conseguiu consolidar a sua rede e seus laços, e garantir legitimidade de atuação política. Quando os grupos que compõem o atual movimento ambientalista brasileiro conseguiram consolidar uma identidade coletiva compartilhada, eles criaram uma coalizão robusta que foi capaz de “incluir a temática ambiental na agenda pública” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 167).

Após a democratização do Brasil, a tramitação do Código Florestal foi mais um desafio para o movimento ambientalista. Na ocasião, uma extensa coalizão de organizações em defesa do meio ambiente conseguiu mobilizar a opinião pública contra o projeto. Mesmo assim, isso não foi suficiente para impedir a flexibilização da legislação florestal, almejada por grupos ruralistas. Após a aprovação da lei, o Observatório do Código Florestal surgiu com o objetivo de evitar maiores retrocessos na legislação.

A escolha por um observatório foi feita para que diversas organizações pudessem contribuir com as suas experiências e acompanhar a implantação das diretrizes da legislação federal. O seu arranjo, como um fórum, permitiu que uma organização em rede fosse articulada com diversos grupos ao redor do país. Esse arranjo possibilitou que os integrantes mantivessem a sua autonomia e conseguissem estabelecer um consenso para trabalhar ao redor da pauta.

A escolha organizacional não é determinada apenas pela sua eficácia, mas também por lógicas internas de adequação ou por normas institucionais (CLEMENS, 2010, p. 165). Enquanto a escolha por um observatório satisfaz as necessidades das organizações para atuar com eficiência na pauta, ela também ajustou-se à dinâmica interna das organizações, que conseguiram conservar a sua autonomia mesmo dentro do coletivo.

O arranjo do observatório também permitiu que uma rede fosse formada ao redor do país, possibilitando que houvesse uma confluência de atores no processo,

e que fossem trocadas informações sobre diversas dinâmicas regionais. Isso serviu para enriquecer o grupo, que, através de interlocução e articulação interna, consolidou um ator coletivo qualificado. Isso, além de fortalecer o grupo como um todo, também fortaleceu as organizações participantes individualmente, pois se aprimoraram por meio do intercâmbio entre instituições (SILVA, 2002, PP.151-153).

A dinâmica do Observatório do Código Florestal vai além do que foi exposto no debate sobre observatórios de Herschmann e Albornoz (2006), pois, além de auxiliar a tomada de decisão nas políticas públicas, o OCF também fiscaliza, difunde conhecimento técnico e faz acompanhamento midiático e legislativo sobre o assunto. A existência desse tipo de observatório possibilita uma nova visão sobre o papel dessas organizações e sua função na construção do debate público. A compreensão do observatório enquanto um fórum é um ponto de partida importante para começar a compreender melhor a função desse instrumento.

O presente estudo teve como objetivo analisar a organização do Observatório do Código Florestal e compreendê-lo como um instrumento estratégico das organizações do movimento ambientalista. A análise da estrutura organizacional, somada aos documentos e às entrevistas, demonstrou que a construção do observatório teve uma visão estratégica desde o início, e que a escolha organizacional, além de adequar-se às características da pauta em questão, também foi feita tendo em vista as particularidades das entidades participantes. A construção de uma agenda de ação em torno de um tema de tamanha abrangência necessitou de uma coalizão forte e articulada nacionalmente.

A análise do Observatório do Código Florestal abre as portas para a análise de mecanismos internos dos grupos, permitindo observar a construção dessa estratégia com mais proximidade. A interação do movimento ambientalista com a política pública do Código Florestal possibilitou esse tipo de arranjo. Por se tratar de um grupo recém-formado, é difícil afirmar qual foi a efetividade dessa organização na implementação dos instrumentos. Porém, as parcerias e a produção do debate do grupo permitem desde já a consolidação de uma base organizacional para a abordagem do tema.

Cabe ressaltar que o estudo sobre o Observatório é apenas uma perspectiva dentro da análise do ativismo no Código Florestal. Além do movimento ambientalista, outros grupos também mobilizam-se pelo Código, como pequenos produtores rurais, associações de agricultores, grupos de assentados, grupos pela reforma agrária, entre outros. Uma análise acerca das perspectivas desse outro lado seria um trabalho interessante sobre mobilização relativa ao Código Florestal.

O Código Florestal é uma legislação recente e ainda existem poucos estudos sobre a sua tramitação e implementação. É de grande importância que esse fenômeno seja observado sob lentes teóricas, ampliando a análise crítica dessa política pública

para que novas perspectivas sejam incorporadas ao debate. Tanto a sociedade civil quanto o Estado estão vinculados na execução dessa medida, e as diversas ferramentas utilizadas para isso criam um campo de estudos bastante rico.

7 REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera. Environmentalism and Environmental Policy in Brazil. *Encyclopedia of Public Administration and Public Policy*, n. Third Edition, p. 1–6, 2015.

ABERS, Rebecca Neaera; OLIVEIRA, Marília Silva de. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 336–364, 2015.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, v. 28, n. ano 13, p. 52–84, 2011.

AGUIAR, Sonia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 2, p. 139–145, 1999.

ALBORNOZ, Luís A; HERSCHMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação , comunicação e cultura : balanço de uma breve trajetória. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, n. Dezembro de 2006, p. 1–20, 2006.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 53, 1, p. 1–36, 2002.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e Estratégia na Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro. *Novos Estudos*, v. 79, p. 151–167, 2007.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. The formation of the Brazilian environmental movement. *Institute of Development Studies*, n. IDS Working Paper 259, 2005.

COMITÊ BRASIL EM DEFESA DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O Futuro das Florestas <<http://www.florestafazadiferenca.org.br/o-futuro-das-florestas/>> Acesso em Outubro de 2013

COMITÊ BRASIL EM DEFESA DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Manifesto em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável <<http://www.florestafazadiferenca.org.br/manifesto/>> Acesso em Outubro de 2015

DIANI, Mario. Green networks. [s.l.]: Edinburgh University Press Ltd, 1995.

ECO DEBATE, “*Novo Código Florestal modifica critérios para proteção ambiental*”. 04/08/2011 <<http://www.ecodebate.com.br/2011/08/04/novo-codigo-florestal-modifica-criterios-para-protecao-ambiental/>> Acesso em Outubro de 2015

FOLHA DE SÃO PAULO, “*Ambientalistas protestam contra mudanças no Código Florestal*”. 14/12/2010 <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/845741-ambientalistas-protestam-contra-mudancas-no-codigo-florestal.shtml>> Acesso em Outubro de 2015

FOLHA DE SÃO PAULO, “*Concessão a ruralistas faz Código Florestal Avançar*”. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/10767-concessao-a-ruralistas-faz-codigo-florestal-avancar.shtml>> Acesso em Outubro de 2015

FOLHA DE SÃO PAULO, “*Ambientalistas Protestam contra Mudanças no Código Florestal*” <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/845741-ambientalistas-protestam-contra-mudancas-no-codigo-florestal.shtml>>

G1, “*Entenda como pode ser a tramitação do Código Florestal no Senado*”. 25/05/2011.

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/conheca-possibilidades-para-o-projeto-do-codigo-florestal-no-senado.html>> Acesso em Outubro de 2015

G1, *No Rio, Camila Pitanga pede veto de Dilma ao novo Código Florestal*. 04/05/2012. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/no-rio-camila-pitanga-pede-veto-de-dilma-ao-novo-codigo-florestal.html>> Acesso em Outubro de 2015

HOCHSTETLES, Kathryn; KECK, Margaret E. Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society. Duke University Press. Durham & London. 2007. [versão digital]

HERSCHMANN, Micael; DOS SANTOS, Suzy; ALBORNOZ, Luís A. O Crescimento Dos Observatórios No Brasil. p. 1–18, 2008.

IG, ÚLTIMO SEGUNDO, “*Para ambientalistas, vitória do Veta, Dilma independe de decisão sobre Código*”. 25/05/2012. <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-25/para-ambientalistas-vitoria-do-veta-dilma-independe-de-decisao-s.html>> Acesso em Outubro de 2015

MAIORANO, Jorge Luis. Los Observatorios de Derechos Humanos como instrumentos de fortalecimiento de la sociedad civil. Revista Probidad, v. 24, n. septiembre 2003, p. 1–5, 2003.

MORGADO, Renato Pellegrini. Observatórios de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Novos Instrumentos De Promoção da Transparência e da Participação Social. 2014.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL, Relatório de Atividades 2014. http://www.observatorioflorestal.org.br/sites/default/files/relatorio_ocf_versao_impresao_web-13mai15-vfinal.pdf Acesso em Outubro de 2015

O ECO, “*Após eleições, Código Florestal na berlinda*”. 01/11/2010 <<http://www.oeco.org.br/reportagens/24519-apos-eleicoes-codigo-florestal-na-berlinda/>> Acesso em Outubro de 2015

SENADO NOTÍCIAS, “*Novo código modifica critérios para proteção ambiental*”. 03/06/2011. <http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/novo-codigo-modifica-criterios-para-protecao-ambiental> Acesso em Outubro de 2015

SAUER, Sérgio; FRANCA, Franciney Carreiro de. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, Aug. 2012. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200007&lng=en&nrm=iso access on 21 Aug. 2015

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Política & Sociedade*, n. 11, p. 19–49, 2007.

TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution. *Contemporary Sociology*, v. 9, p. 133, 1977.

UOL NOTÍCIAS, “*Movimento 'Veta, Dilma!' sobre Código Florestal é sucesso nas redes sociais*”. 04/05/2012 <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/05/04/movimento-veta-dilma-sobre-o-codigo-florestal-ganha-as-redes-sociais.htm>> Acesso em Outubro de 2015

UOL NOTÍCIAS, “*Câmara aprova nova versão do Código Florestal; texto segue para sanção de Dilma*”. 25/04/2012. <<http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2012/04/25/camara-dos-deputados-conclui-votacao-do-novo-codigo-florestal.htm>> Acesso em Outubro de 2015

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 93, p. 5–26, 19